



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

Comemora-se hoje o Dia Mundial do Meio Ambiente, conforme declaração das Nações Unidas em 1972. O Brasil une-se às manifestações que têm por ânimo aprofundar a consciência global sobre a importância da proteção e conservação dos recursos naturais.

Quis falar hoje, a todos os brasileiros, daqui do Pantanal Mato-grossense, pedaço do território nacional onde a paisagem, em seu harmonioso esplendor, convida-nos a pensar sobre as relações do homem com a natureza.

O mundo está ameaçado pelo ataque da civilização à atmosfera, aos rios, oceanos e florestas. O homem construiu seu bem-estar na presunção de que os recursos naturais teriam disponibilidade permanente. As sociedades modernas confundem progresso com padrões de consumo e desperdício que vêm gerando pressão insustentável para a natureza. Esse modelo perverso de crescimento foi, no passado, a mola propulsora do colonialismo, e no presente é a causa principal dos desequilíbrios nas relações econômicas entre os povos.

O subdesenvolvimento constitui, em si mesmo, uma fonte de degradação ambiental. A pobreza e a miséria, que reduzem populações inteiras a níveis de existência incompatíveis com a dignidade humana, são a expressão mais cruel e desumana do

nosso tempo. Por isso, a proteção do meio ambiente não pode ser alcançada sem a melhoria das condições econômicas e sociais que afligem as populações menos favorecidas.

---

«A questão do meio ambiente não pode ser tratada entre governos por acusações mútuas, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados.»

---

As questões ecológicas surgem com notável impulso nos últimos anos, em virtude do preocupante agravamento das perturbações ambientais. A humanidade se vê, subitamente, confrontada pela ameaça de alterações climáticas, pela destruição da camada de ozônio, por chuvas ácidas, níveis crescentes de poluição dos rios e oceanos, degradação dos solos, avanço da desertificação, acúmulo de resíduos tóxicos e radioativos, redução da cobertura vegetal da Terra e perda da diversidade biológica. A conjugação desses fatores revela a precariedade da própria saúde do planeta e exigiu um grito de alerta.

A emergência dessa temática, no entanto, carregou-se de forte emocionalismo. Incorporada no discurso político, derrapou ela, seguidamente, em posturas internacionais maniqueístas e recriminatórias. O sensacionalismo e alarme com que os problemas ambientais tenderam a ser tratados estimularam a confrontação retórica e inibiram a cooperação internacional.

A preocupação da comunidade internacional com os problemas ecológicos passou a eleger, nos últimos anos, como um dos focos prioritários de atenção, a preservação das florestas tropicais. Pretendeu-se, em consequência, expor os países detentores de florestas tropicais, perante a opinião pública mundial, como responsáveis pela degradação das condições físicas do planeta.

É tarefa urgente corrigir essas distorções de enfoque. Na minha viagem ao exterior, já como Presidente eleito, ressaltéi que esta questão não pode ser tratada entre governos por acusações mútuas, como se os países se dividissem entre inocentes e

culpados. É preciso dialogar com racionalidade, espírito construtivo e de maneira imune a simplismos paternalistas.

É com esse espírito que o Brasil sediará em 1992 a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tenho certeza de que a legítima preocupação da comunidade mundial se traduzirá num esforço efetivo de cooperação em todos os níveis, em busca da correção dos desequilíbrios que ameaçam a Terra. Nos países em desenvolvimento, a solução dos problemas ambientais deve também voltar-se para a erradicação das situações crônicas de pobreza, miséria, fome e desemprego. A tarefa inadiável consiste em harmonizar o respeito e a preservação da natureza com uma dinâmica racional de desenvolvimento.

O conceito de «desenvolvimento sustentável» é a contribuição valiosa para o tratamento da questão do desenvolvimento econômico aliado à imperiosa conservação do meio físico. O desenvolvimento será sustentável se o desperdício for eliminado e a pobreza for superada. Não aceito que a aplicação do conceito se reduza a uma formulação simplista, servindo de pretexto para ingerências na administração soberana dos recursos naturais, para a imposição de novas condicionalidades na alocação de recursos para o desenvolvimento, e muito menos para fundamentar o congelamento das desigualdades que se refletem nos níveis mundiais de produção e consumo. Desenvolvimento sustentável significa, em última análise, que os que possuem pouco devem ascender a patamares mais elevados de qualidade de vida, e os que possuem muito devem controlar a voracidade do seu consumo.

---

«A proteção dos espaços naturais  
requer a definição de formas inovadoras  
de cooperação nas áreas econômica  
e financeira.»

---

Devemos combater as práticas protecionistas que no mercado internacional deprimem os preços das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, gerando pressões adicio-

nais sobre suas economias, e acelerando a exploração irracional dos recursos naturais. Devemos encontrar uma solução urgente para o angustiante problema da dívida externa, que converte os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital, subtraindo recursos necessários ao atendimento das carências sociais das populações desfavorecidas.

Em que pese o vigor retórico a ela dispensado, a questão ecológica vem sendo tratada pela comunidade internacional com recursos que ficam muito aquém das necessidades. Essa situação contrasta com o volume dos gastos militares em todo o mundo, e especialmente com a manutenção de arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, suficientes para aniquilar não apenas uma, mas ironicamente milhares de vezes toda a vida existente sobre o planeta.

A proteção dos espaços naturais requer a definição de formas inovadoras de cooperação nas áreas econômica e financeira. É necessário prover recursos adicionais, em bases concessionais e livres de condicionalidades, que possibilitem aos países em desenvolvimento arcar com o considerável ônus financeiro que representa a adaptação prudente e gradativa de suas atividades econômicas e padrões mais elevados de proteção ecológica. Será necessário promover o fluxo de tecnologias ambientais sadias, especialmente daquelas voltadas para o uso eficiente de energia e a redução dos níveis de poluição. O acesso dos países em desenvolvimento a essas tecnologias não pode ficar sujeito aos ditames de interesses puramente comerciais que apenas agravam a sua crítica situação de dependência tecnológica. Não se justifica a existência de monopólios de conhecimento, impedindo o acesso aos instrumentos necessários à tarefa comum de proteção da natureza.

A dimensão dos problemas em escala global e o custo que a proteção do ambiente natural representa justificam a criação de um Fundo Internacional. Tenho reiterado a proposta de criação de um imposto internacional sobre as emissões de carbono decorrentes da queima de combustíveis fósseis. A tributação das emissões de poluentes, que na sua maior parte provém dos países industrializados, poderia alimentar um fundo a ser constituído sob a égide das Nações Unidas, cujos recursos seriam

destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento e proteção ambiental e à transferência de tecnologia. A tributação das emissões de carbono deveria situar-se necessariamente no contexto da implementação, pelos países industrializados, de compromissos específicos de estabilização e redução dos seus elevadíssimos índices de emissão *per capita* de poluentes na atmosfera. Caso contrário, estaríamos apenas escamoteando, através do tributo, a legitimação de um suposto «direito de poluir», econômica e moralmente inaceitável.

Essas questões terão importância fundamental na agenda da Conferência de 1992, que deverá centrar suas atenções na promoção do desenvolvimento racional, com o categórico dever de proteção ecológica. Evento sem precedentes, com a participação não apenas de Chefes de Estado e Governo, delegações oficiais de alto nível, mas também de representantes de organismos internacionais, entidades não-governamentais e de representantes das comunidades científica, acadêmica e industrial, caberá à Conferência de 1992 propor estratégias e medidas para conter e reverter o processo de degradação da natureza, de forma consentânea com a promoção do desenvolvimento. A Conferência não haverá de frustrar nossas esperanças.

Anuncio a criação da Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se instala nesta semana. Presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Comissão deverá assessorar diretamente o Presidente da República nas decisões relativas ao tratamento internacional das questões ambientais, especialmente no que se refere a alterações climáticas, proteção da camada de ozônio, conservação da diversidade biológica e coordenação substantiva da participação brasileira nos trabalhos preparatórios da Conferência.

---

«O Brasil saberá conduzir sem complexos  
a defesa de sua soberania, com uma  
atitude positiva e conseqüente.»

---

O debate interno sobre a questão ecológica constitui uma das manifestações mais saudáveis da consolidação democrática

neste País. Existe, felizmente, no Brasil uma consciência cada vez mais acentuada da necessidade de promover o respeito pela natureza. Poucas questões foram objeto de tão amplo consenso nacional como a importância de empregar todos os meios ao nosso alcance para proteger o imenso patrimônio físico do Brasil. Esta consciência, que está refletida nos dispositivos de nossa Constituição, é visível na inclusão do tema como item programático dos partidos políticos e de disciplina pertinente no currículo escolar do País, na formação do movimento de ação ecológica no Congresso Nacional e na salutar proliferação de organizações civis dedicadas à investigação, à educação e à proteção do ambiente físico, sem falar na iniciativa do novo Governo de criar a Secretaria do Meio Ambiente e a ela entregar para chefiar o Professor José Lutzemberger.

Meu propósito é o de que a definição e consolidação das diretrizes de ação governamental traduzam o alto grau de conscientização alcançado pela sociedade brasileira nesse terreno. Não prescindiremos da contribuição de todos nessa tarefa.

Tenho afirmado que o Brasil saberá conduzir sem complexos a defesa de sua soberania, com uma atitude positiva e conseqüente, e não defensiva, face a um problema cuja dimensão afeta o destino do planeta, bem como o do gênero humano.

A credibilidade de nossa postura externa se reforçará na medida em que as ações internas assim nos credenciem. Seguiremos aqui a mesma trilha que tomamos na inadiável decisão de saneamento moral, econômico e administrativo, sem esperar que um pretenso paternalismo venha tutelar o exercício de nossas responsabilidades. Os canais de cooperação internacional serão muito mais eficazes e produtivos na medida em que nós próprios indiquemos o caminho.

A questão do meio ambiente tem disfarces notórios com a promoção dos direitos humanos. O respeito à dignidade do homem somente se completa na medida em que se realizem os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Esses direitos têm caráter indivisível e interdependente e só adquirem plenitude quando as sociedades se desenvolvem em bases democráticas e asseguram a todos condições dignas de qualidade de vida, nutrição, emprego, saúde e educação. O compromisso com o meio



ambiente é, portanto, ao mesmo tempo, um compromisso com a vida e com o respeito aos direitos humanos. A consolidação da democracia política representa um passo decisivo nesse sentido. Resta-nos agora a superação da crise econômica e o encontro dos caminhos que nos levem à condição de País desenvolvido.

---

«Estou determinado a liderar um esforço coletivo no sentido de fazer respeitar os direitos das populações indígenas.»

---

A defesa dos povos indígenas está na confluência das questões dos direitos humanos e da proteção ambiental. Meu Governo se empenhará no sentido de que sejam respeitadas sua cultura, suas tradições e sua maneira de viver. Para tanto será necessário reformular atitudes e superar distorções no tratamento do tema. Estou determinado a liderar um esforço coletivo no sentido de fazer respeitar os direitos das populações indígenas. Em exemplo desse propósito, na visita que fiz à área Yanomami, determinei a destruição de pistas clandestinas que há pouco serviam de apoio a atividades irregulares de garimpo na região. A terra para os nossos indígenas significa muito mais do que riqueza: é a condição vital de sua sobrevivência e o embasamento de sua cultura. Tratarei de envidar todos os esforços no sentido de cumprir a determinação constitucional de concluir, até 1993, o processo de demarcação daquelas terras, que são também depositárias de um imenso patrimônio natural, arqueológico e cultural.

A atenção prioritária no tratamento da natureza já se sente nas ações cotidianas do Governo. Com esse propósito, dentre as primeiras medidas adotadas, promovi reestruturação do Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, é o órgão superior do Sistema, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes governamentais. Representa, com as atribuições de órgão consultivo e deliberativo do Sistema, o elo de ligação entre a sociedade civil e os órgãos governamentais. Sua atuação deve ser reforçada e presti-



giada. Criei a Secretaria do Meio Ambiente, órgão de assistência direta do Presidente da República, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle da política e das diretrizes governamentais. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, é o órgão federal de execução daquelas políticas e diretrizes.

Ainda dentre as primeiras ações de Governo, em visita à Amazônia, determinei associar-se aos objetivos do Projeto Calha Norte a defesa do ecossistema na região. Determinei igualmente a constituição de um grupo de trabalho para apressar as providências de ordenamento territorial da região amazônica. O ordenamento territorial será, durante o meu Governo, instrumento essencial de implementação da política de proteção às florestas e aos rios do País. Na fiscalização das atividades predatórias, a política do Governo é de fazer cumprir a lei. Agiremos com rigor na aplicação das penalidades previstas aos que se arrisquem a confiar na impunidade. Essa disposição já se tem feito sentir sobre a pesca predatória, o contrabando de peles, a extração irregular de madeira, a atuação de usinas que insistiram em desobedecer às exigências legais relativas à utilização de carvão vegetal. Lembro o dever que a Constituição impõe a todos, de defender e preservar o nosso patrimônio comum para as presentes e futuras gerações.

Ainda hoje assinarei decreto que consolida as normas aplicáveis ao Sistema Nacional do Meio Ambiente adaptando-as à nova estrutura administrativa. Assinarei também decreto que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, toda a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Outro ato criará a Reserva Biológica de Uatumã, para proteção de uma região de grande valor ecológico, contígua à Hidrelétrica de Balbina. Visa-se com a criação da reserva, garantir a perenidade de inúmeros cursos d'água, a preservação da diversidade botânica e a redução dos impactos ambientais negativos na região. Serão também criadas as áreas de relevante interesse ecológico de cerrado Pé-de-Gigante e Buriti-de-Vassununga, ambas no estado de São Paulo. Criarei a área de proteção ambiental Serra de Tabatinga, entre os estados do Maranhão e Tocantins,

com o objetivo de proteger as nascentes do rio Parnaíba, assegurar a qualidade das águas e a vazão dos mananciais da região e garantir a preservação da flora, da fauna e do solo.

---

«O Brasil está disposto a dar sua  
contribuição em favor do equilíbrio do  
meio ambiente global.»

---

Tenho a especial satisfação de assinar no «Dia Mundial do Meio Ambiente» o ato de promulgação da «Convenção de Viena» sobre a proteção da camada de ozônio, e o protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, cujos instrumentos de adesão pelo Brasil fiz depositar junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas já nos primeiros dias de meu Governo. Assenta-se assim o compromisso brasileiro de participar dos esforços internacionais para impedir a diminuição da camada de ozônio. Somos favoráveis a um controle mais estrito dos clorofluorcarbonos, e nesse sentido apoiamos a aceleração dos objetivos de redução da produção e consumo daquelas substâncias. Todos os países devem assumir responsabilidades nesse esforço comum. O Brasil está também disposto a dar sua contribuição em favor do equilíbrio do meio ambiente global. Deve-se, contudo, diferenciar claramente as obrigações a serem assumidas pelos países industrializados, que no seu conjunto respondem pela quase totalidade da produção mundial das substâncias que atacam a camada de ozônio. É necessário assegurar o acesso livre e desimpedido de todos os países às substâncias e tecnologias alternativas. A velocidade com que os países em desenvolvimento poderão implementar programas de reconversão industrial com vistas à redução do uso de CFC dependerá de uma efetiva transferência de tecnologia e da criação de mecanismos financeiros adequados.

Determinei a todos os Ministros de Estado e Secretários vinculados à Presidência a realização, em caráter de urgência,

de estudo das ações que, no âmbito de cada pasta, deverão ser tomadas com vistas à promoção harmônica do desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

Cada Ministério e Secretaria tornará público o elenco de medidas a serem desencadeadas. Convoco toda a cidadania a contribuir ativamente na discussão e condução das ações anunciadas.

Sabemos que os grandes sistemas naturais brasileiros apresentam todos os graves problemas ligados à ocupação predatória do espaço, na maioria das vezes estimulada por políticas de incentivos que carecem de urgente revisão. A Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, os cerrados e caatingas são partes preciosas do patrimônio nacional, e como tal devem ser protegidos da exploração irracional. A ocupação dos espaços e a utilização dos recursos naturais devem ser feitas com absoluto respeito à vocação natural dos ecossistemas. A tarefa diante de nós é enorme e não devemos subestimá-la. É preciso conter as queimadas na Amazônia, é preciso proteger nossos rios da contaminação pelo mercúrio, é preciso impedir a destruição de florestas nativas, proteger a vida selvagem, combater o contrabando de peles, promover adequadamente condições de saneamento urbano, elevar as condições sanitárias das populações rurais e urbanas, combater as endemias, controlar o emprego abusivo de agrotóxicos, promover o uso eficiente de energia, controlar a poluição industrial, tratar adequadamente o lixo urbano e os resíduos industriais, desenvolver e absorver tecnologias apropriadas à gestão ambiental, promover educação ambiental.

Também temos pela frente o desafio de incorporar anualmente dois milhões de jovens ao mercado de trabalho, resgatar milhares de famílias da pobreza, da miséria, da fome e do desemprego, melhorar os padrões de atendimento sanitário, promover a universalidade do ensino. Eis um desafio imenso que exige a mobilização de recursos que vão, quase sempre, muito além das nossas possibilidades imediatas.

A grandeza do desafio exige a busca de soluções mediante a boa cumplicidade, cotidiana e permanente, entre o Governo e todos os segmentos da sociedade.

Haveremos de vencer. Nossa determinação não esmorecerá!  
Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
por ocasião das comemorações do  
Dia Nacional do Meio Ambiente  
na Fazenda Santana, Mato Grosso do Sul,  
no dia 5 de junho de 1990.*